

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8047584-43.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: SINARA CUNHA DA SILVA e outros Advogado (s): ANTONIO BRUNO COSTA SABACK IMPETRADO: Juiz de Direito de Salvador 4ª Vara Criminal Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. CRIMES CAPITULADOS NO ART. 157, § 3º, e ART. 288, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, A DESPEITO DA MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. PARECER NÃO VINCULATIVO. PRECEDENTES ATUAIS DO STJ. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO POR INEFICIÊNCIA DO APARELHO ESTATAL. INOCORRÊNCIA. EVENTUAL DEMORA É DECORRENTE DAS PECULIARIDADES DO PROCESSO. CRIME COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO. FUNDAMENTO DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO APTA A ENSEJAR A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. 1. O parecer contrário do Ministério Público não vincula a decisão do Magistrado acerca da manutenção da custódia cautelar. A manifestação do Parquet, nesses casos, possui natureza opinativa, isto é, não vincula o órgão julgador que é regido pelo princípio do livre convencimento motivado. Precedentes atuais do STJ. 2. A Paciente, acusada da suposta prática dos crimes previstos no ART. 157, § 3º, e ART. 288, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.(LATROCÍNIO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS). Diante de todas as provas coligidas aos autos, o juízo de piso entendeu presentes a materialidade do crime imputado ao paciente e os indícios suficientes de autoria, além do risco à garantia da ordem pública, estando, portanto, preenchidos os requisitos dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal. As circunstâncias descritas no caso evidenciam a necessidade de se garantir a ordem pública, pela gravidade, em concreto, do delito, bem como pelas circunstâncias do fato delitivo, que revelam, em tese, a periculosidade da agente. 3. Preenchidos os requisitos para a prisão preventiva, inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. 4. A análise dos autos da ação penal originária nº 8059795-11.2022.8.05.0001 revela que não se pode falar em irrazoabilidade do prazo, como proposto pela defesa na exordial. Ao revés, verifica-se que o juízo impetrado vem conferindo o devido impulso processual, inexistindo qualquer mácula a ser reconhecida por desídia ou retardamento injustificado, especialmente diante da complexidade da demanda, que conta com 05 (cinco) réus. 5. Parecer da d. Procuradoria de Justiça opinando pela denegação da ordem. 6. Ordem denegada. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus tombados sob nº 8047584-43.2022.8.05.0000, impetrado pelo advogado, ANTONIO BRUNO COSTA SABACK, OAB/BA 25.709, em favor de SINARA CUNHA DA SILVA, apontando como Autoridade Coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE SALVADOR-BA. IZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE JAGUARARI, BAHIA. ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONCEDER A ORDEM de acordo com o voto da Relatora, vertido nos seguintes termos: PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 23 de Janeiro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8047584-43.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: SINARA CUNHA DA SILVA e outros Advogado (s): ANTONIO BRUNO COSTA SABACK IMPETRADO: Juiz de Direito de Salvador 4ª Vara Criminal Advogado

(s): RELATÓRIO Cuida-se de Habeas Corpus impetrado por ANTONIO BRUNO COSTA SABACK, OAB/BA 25.709, em favor da Paciente SINARA CUNHA DA SILVA, apontando-se como autoridade impetrada o MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE SALVADOR-BA. Consta na denúncia (Id nº 197408780, da Ação Penal Ordinária) que, “no dia 04 de fevereiro do ano de 2022, por volta das 21:00 horas, na Rua Engenheiro Everaldo Freitas, bairro de Itapuã, nesta capital, os denunciados, associados com a finalidade específica de praticar crimes, tentaram subtrair o veículo Chevrolet/Classic, cor branca, PP 0ZU5792, causando a morte do motorista de aplicativo JORGE ALBERTO ALBUQUERQUE DE CARVALHO.” De acordo com a incoativa, “no local e horário referidos, a vítima deixou uma passageira e no momento em que manobrava seu veículo, dele se aproximaram MARCELO e ADRIANA, abraçados, fingindo ser um casal, momento em que ADRIANA permanece a uma pequena distância do veículo e MARCELO se dirige à porta do motorista, anunciando o assalto e apontando uma arma de fogo na direção à cabeça vítima, contra a qual deflagrou um tiro, atingindo-o na região parietal esquerda, causando-lhe as lesões letais descritas no laudo de exame cadavérico de fls. 06/12 do IP. Consta ainda na inicial que, “no dia dos fatos, os denunciados estavam acompanhados de um 3º indivíduo, identificado pela alcunha de PLAYBOY, o qual aparece nas imagens do crime, obtidas pela polícia e inserida nos fólios, trajando camisa verde e bermuda jeans, dirigindo-se logo em seguida a MARCELO e ADRIANA em direção ao veículo da vítima, de onde fogem todos para o FIAT/MOBI, estacionado na esquina da rua, onde lhes aguardava SINARA para dar-lhes fuga.” Restou apurado que, “no dia dos fatos os integrantes do bando, especializado em roubo a veículos, foram previamente reunidos e conduzidos a bordo do FIAT/MOBI, cor branca, conduzido por SINARA, que como a vítima trabalhava como motorista de aplicativo, a qual recebera de ADRIANA a incumbência de se deslocar aos bairros de Mata Escura, Parque das Bromélias e Jardim das Margaridas para buscar cada um dos integrantes do bando e conduzi-los até um local viável para a prática de mais um roubo a veículo.” Conforme a incoativa, “Ao ser interrogada na delegacia, visto que, um dia após a morte do motorista de aplicativo, ADRIANA, SINARA e um TERCEIRO INDIVÍDUO foram presos em flagrante por roubo e tráfico de drogas em Lauro de Freitas, e com eles apreendido o mesmo veículo FIAT/MOBI, SINARA confessou que as ordens para roubar veículos provinham dos presidiários CLEBER SANTOS DA SILVA, conhecido por “CERO”, e EZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS, conhecido por CUSCUZ, respectivamente custodiados na Colônia Penal Lafayette Coutinho e no Presídio de Feira de Santana, os quais ordenavam os roubos do interior das mencionadas unidades prisionais, determinando onde os veículos deveriam ser deixados e quanto caberia a cada um dos associados. Ainda de acordo com a inicial, “(...) ADRIANA confessou sua participação no crime, confirmando integrar a associação criminosa especializada em roubo a veículos, chefiada pelos presidiários CLEBER e EZEQUIAS, e compor a facção criminosa BDM, bem como que o veículo subtraído no dia do crime que ceifou a vida do motorista de aplicativo deveria ter sido entregue, por ordem dos líderes, em um galpão no Município de Lauro de Freitas. Decretada a prisão temporária dos denunciados, ao ser interrogado pela autoridade policial, MARCELO descreveu com detalhes a sua participação no crime, narrando que já havia praticado outros roubos com os demais integrantes do grupo, afirmando que dividiria com RANY (ADRIANA) o pagamento de R\$1.000,00 (hum mil reais) pelo roubo do automóvel.” Relatou o Impetrante, no presente HC (Id 37362653), que a Paciente está presa há mais de 09 (nove) meses em razão

do processo nº 8059795-11.2022.8.05.0001, pois, no dia 10 de fevereiro de 2022, na fase de investigação policial, teve decretada a sua prisão temporária que, posteriormente, foi convertida em preventiva. Sustentou que o Ministério Público requereu a revogação da prisão e, se a acusação entende que não é mais necessária a prisão cautelar, sua manutenção, por decisão judicial, configura uma burla ao sistema acusatório, porquanto está a Autoridade Coatora indo de encontro ao pedido do titular da ação penal e agindo, pois, de ofício. Destarte, a manutenção da prisão preventiva nestas circunstâncias configura constrangimento ilegal por violação ao princípio da imparcialidade do Juiz. Ressaltou que não houve a contextualização, baseada em fatos da vida real, que justifique a constrição da paciente e que a justificativa apresentada pela Autoridade Coatora para determinar a restrição à liberdade da paciente é genérica, pois consiste em elementos próprios do tipo, inexistindo destaque que exceda a gravidade em abstrato do delito propriamente dito. Afirmou que a Paciente, diferente dos outros acusados, sempre trabalhou honestamente de carteira assinada, sendo primária e possuidora de bons antecedentes criminais e que a prisão preventiva pode ser perfeitamente substituída por outra medida cautelar como utilização da tornozeleira eletrônica, recolhimento a noite no seu domicílio e incomunicabilidade com os outros acusados e testemunhas ministeriais. Asseverou que a instrução não foi concluída até a presente data, porque a audiência foi adiada em duas oportunidades por ausência das testemunhas arroladas pelo Ministério Público e que excesso de prazo para formação da culpa, sem que possa ser imputada à defesa, configura flagrante constrangimento ilegal. Argumentou que a custódia provisória foi imposta à Paciente com base em elementos do próprio tipo penal, desassociados de circunstâncias do caso concreto que denotassem maior gravame ao bem jurídico tutelado, pois não existe qualquer elemento concreto de risco à ordem pública, não havendo clara demonstração da real necessidade para manutenção da prisão cautelar da Paciente. Por fim, requereu seja concedida da ordem no sentido de revogar a prisão preventiva, mediante concessão da liberdade provisória cumulada com outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, como monitoramento por tornozeleira eletrônica, recolhimento domiciliar noturno, incomunicabilidade com os outros acusados e testemunhas ministeriais e, subsidiariamente, seja concedida a ordem em razão do constrangimento ilegal sofrido decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que a instrução não foi concluída até a presente data, em virtude do erro material gravíssimo praticado pelo representante do parquet, que arrolou testemunhas que não possuíam o mínimo conhecimento sobre os fatos expostos na denúncia e insistiu na oitiva da testemunha faltosa. Não houve pedido de medida liminar. Os informes judiciais foram prestados (Id. 37914185). Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça (Id. 38207428), ofereceu parecer, manifestando-se pelo conhecimento e denegação da ordem. É o Relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8047584-43.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: SINARA CUNHA DA SILVA e outros Advogado (s): ANTONIO BRUNO COSTA SABACK IMPETRADO: Juiz de Direito de Salvador 4ª Vara Criminal Advogado (s): VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço da ação constitucional. A Impetrante pretende obter a soltura da Paciente ao argumento de haver ilegalidade da medida constritiva, consubstanciada em excesso prazal para a conclusão da instrução criminal, sustentando, ainda, a ausência de

fundamentos idôneos para a manutenção da prisão, assim como ofensa ao princípio da imparcialidade pelo fato de o juiz ter mantido a custódia, a despeito do parecer contrário do Ministério Público. DA POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, A DESPEITO DA MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Conforme disposto no art. 311 do Código de Processo Penal a prisão preventiva poderá ser decretada a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial. In casu, o decreto preventivo não fora exarado de ofício, visto que houve prévia representação do Parquet, restando, portanto, atendidos os requisitos previstos no art. 311 do Código de Processo Penal. Em que pese manifestação anterior deste relator em sentido contrário, evoluímos para o entendimento de que não resta configurada violação ao princípio da impessoalidade quando o Magistrado apenas mantém a prisão preventiva, a despeito de parecer contrário do órgão do Ministério Público estadual. A manifestação do Parquet, nesses casos, possui natureza opinativa e, portanto, não vincula o órgão julgador, que é regido pelo princípio do livre convencimento motivado. No mesmo sentido o recente precedente do STJ: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR O DECISÓRIO IMPUGNADO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DA AGRAVANTE. QUANTIDADE, VARIEDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. INOVAÇÃO DO DECRETO CAUTELAR PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO VERIFICADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CARÁTER NÃO VINCULATIVO. PROPORCIONALIDADE ENTRE A MEDIDA CAUTELAR E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Não obstante os esforços da agravante, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos. 2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal ? CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP. In casu, conforme se tem da leitura do decreto preventivo e do acórdão impugnado, verifica-se que a custódia cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstradas, com base em elementos concretos, a periculosidade da agravante e a gravidade do delito, consubstanciadas na quantidade, variedade e natureza deletéria das drogas apreendidas ? 130 cápsulas de cocaína pesando 126,85 g, 1 pedra grande de cocaína com 74,50g e 1 barra de crack com 174,77g ?, circunstâncias que demonstram risco ao meio social, justificando a segregação cautelar, consoante pacífico entendimento desta Corte Superior no sentido de que a “quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva” (AgRg no HC 550.382/R0, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 13/3/2020). Dessa forma, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação. 3. A prisão preventiva da agravada foi decretada em razão da quantidade, variedade e natureza das substâncias entorpecentes apreendidas, o que restou preservado pelo colegiado. Além do mais, somente se verifica a existência de reformatio in pejus quando, em recurso

exclusivo da defesa, o Tribunal promove o agravamento da situação do acusado, o que não se verificou na hipótese dos autos. 4. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada. 5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública. 6. Não configura violação ao art. 311 do Código de Processo Penal, a manutenção da prisão preventiva pelo Tribunal de origem quando emitido parecer favorável do Ministério Público estadual favorável à revogação da custódia preventiva. Isso porque, a manifestação do Parquet, nesses casos, possui natureza opinativa, isto é, não vincula o órgão julgador que é regido pelo princípio do livre convencimento motivado. 7. Inexiste ofensa ao princípio da proporcionalidade entre a custódia cautelar e eventual condenação que o paciente experimentará, pois referida análise deve ficar sujeita ao Juízo de origem, que realizará cognição exauriente dos fatos e provas apresentados no caso concreto. Não sendo possível, assim, concluir, na via eleita, a quantidade de pena que poderá ser imposta, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado. 8. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 692.121/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2021, DJe 10/12/2021) DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO IMPUGNADA Conforme se verifica da decisão impugnada (Id.36662242), a autoridade apontada como coatora consignou “não ser possível a revogação da prisão preventiva da requerente por excesso de prazo para formação da culpa, pois os elementos indiciários até então produzidos nos autos revelam a materialidade, os indícios suficientes da autoria delitiva e o periculum in libertatis, elementos que autorizam a manutenção da medida cautelar, sob o fundamento da garantia da ordem pública.” Justificou o acautelamento em razão do periculum libertatis consubstanciado na necessidade de resguardar a ordem pública, levando em consideração a GRAVIDADE DO CRIME, conforme narrado na decisão que decretou a prisão preventiva (Id 198388369), que foi proferida no seguinte sentido: “(...) É cediço que a prisão cautelar é medida extrema no âmbito criminal e, para tanto, exige a presença dos requisitos do fumus comissi delict e do periculum libertatis, além da constatação dos critérios objetivos do art. 313, do Código Penal. A esse respeito, o fumus comissi delicti encontra lastro no artigo 312 do CPP, quando provados a existência do crime e os indícios suficientes de autoria – situação adimplida nos presentes autos, sobretudo após a colheita das imagens de câmeras de segurança, apreensão do veículo utilizado para a prática do crime, elaboração do exame necroscópico no corpo físico da vítima, as buscas e apreensões realizadas em celas de estabelecimentos prisionais do estado, onde se encontram custodiados os acusados Cleberson Santos da Silva e Ezequias Estevam dos Santos, bem assim os depoimentos de testemunhas e as confissões dos acusados Marcelo da Silva Costa, Adriana da Cruz Sousa e Sinara Cunha da Silva. O periculum libertatis, por sua vez, diz respeito às circunstâncias que emergem dos autos e evidenciam a necessidade da custódia cautelar, ou seja, consiste nas circunstâncias autorizadoras da prisão preventiva. No caso em análise, presente o fundamento da garantia da ordem pública. As condutas imputadas aos acusados, de per si, revela a especial periculosidade. Neste mote, narra a denúncia que, no dia 04 de fevereiro do ano de 2022, por volta das 21h00, na Rua Engenheiro Everaldo Freitas, bairro de Itapuã, nesta capital, os denunciados Marcelo da Silva Costa, Adriana da Cruz Sousa e Sinara Cunha da Silva, associados com a

finalidade específica de praticar crimes, a mando dos acusados Cleberson Santos da Silva e Ezequias Estevam dos Santos, tentaram subtrair o veículo Chevrolet/Classic, cor branca, PP OZU5792, causando a morte do motorista de aplicativo Jorge Alberto Albuquerque de Carvalho. Extrai-se da peça incoativa que Jorge Alberto foi surpreendido ao deixar uma passageira naquela rua, momento em que o acusado Marcelo da Silva Costa se aproximou a pé, na direção da porta do condutor, anunciou o assalto, apontado a arma de fogo em direção à cabeça da vítima e, por fim, deflagrou um tiro que atingiu o motorista na região parietal esquerda, causando-lhe lesões letais. Questões referentes à prova, especialmente da autoria, devem ser analisadas no momento próprio em casos desse jaez, já que para a fase atual bastam indícios suficientes da prática delitiva, o que ficou, em princípio, caracterizado pelo reconhecimento de identidade feito após análise das imagens registradas pelo serviço de monitoramento da rua onde o crime ocorreu e confissão realizada por parte dos suspeitos, durante a fase de inquérito, ressaltando-se que em sede de prisão cautelar vigora o princípio do in dubio pro societate. (..) No ponto, cumpre-me assentar que Adriana da Cruz Sousa e Sinara Cunha da Silva foram presas em flagrante no dia seguinte ao crime em apuração, quando, segundo a acusação, por volta das 13h30, do dia 05.02.2022, Adriana da Cruz Sousa e Pablo Almeida Santos adentraram ao salão de beleza situado no final de linha de Lauro de Freitas, estando Pablo portando e exibindo um simulacro de arma de fogo e proferindo ameaças, enquanto ela passou a recolher os aparelhos de telefone celular das vítimas, fugindo em seguida a bordo do veículo FIAT/MOBI LIKE, Placa: PKQ1293, nesta ocasião também conduzido pela acusada Sinara Cunha da Silva. Ao ser interrogado pela autoridade policial em relação aos crimes cometidos no dia 05.02.2022, na comarca de Lauro de Freitas, Pablo Almeida Santos declinou que praticou os atos mando do sujeito conhecido como "Cuscuz", já identificado como Ezequias Estevam dos Santos. Por seu turno, a acusada Adriana da Cruz Sousa confessou a prática do crime de latrocínio que vitimou Jorge Alberto Albuquerque de Carvalho, no dia 04.02.2022, e informou que "Cuscuz" foi o responsável por fornecer a arma de fogo utilizada para praticar o delito, bem assim que aquele indivíduo ligou para a acusada Sinara, determinando que esta fosse buscar os demais sujeitos participantes daquela empreitada criminosa. Na ocasião, admitiu que já participou de outros dois roubos de veículos. Já a acusada Sinara Cunha da Silva confirmou sua participação no crime enquanto condutora do veículo FIAT/MOBI, responsável por dirigir o veículo durante a prática delitiva, buscar e deixar os comparsas nos locais pré-determinados. Na ocasião, admitiu que participou do roubo de aproximadamente sete veículos, acompanhada de Adriana da Cruz Sousa, Marcelo da Silva Costa, Darlan, "Buba" e "Playboy". Aduziu ainda que a prática de todos esses crimes tem como mandantes "Kleber" e "Cuscuz". Por seu turno, Marcelo da Silva Costa admitiu ter sido o autor do disparo que vitimou Jorge Alberto Albuquerque de Carvalho. Por fim, muito embora neguem participação no crime, Cleberson Santos da Silva ("Kleber", "Cero") e Ezequias Estevam dos Santos ("Cuscuz", "Pirabuu") são apontados pelos seus comparsas como sendo os mandantes das empreitadas criminosas. Outrossim, as buscas e apreensões deferidas nas celas onde os acusados se encontraram custodiados culminaram na apreensão de um aparelho de telefone celular, carregador, fone de ouvido, chips de aparelho celular, anotações e drogas. Sobreleva, ainda, gizar que ambos estão recolhidos sob custódia do Estado, pela prática de crimes contra o patrimônio, sendo que Cleberson teria sido preso em outras três ocasiões pela prática de roubos e que

Ezequias Estevam cumpre pena desde o ano de 2018, pela prática de um outro latrocínio. (...) Por todo o exposto, decreto a Prisão Preventiva de Marcelo da Silva Costa, Adriana da Cruz Sousa, Sinara Cunha da Silva, Cleberson Santos da Silva e Ezequias Estevam dos Santos, com supedâneo nos artigos 312 (garantia de ordem pública) e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal.” Verifica-se, portanto, que a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada em fatos concretos relativos à conduta da Paciente e não em suposta gravidade abstrata do delito, ao contrário do que argumenta o impetrante, tratando-se de casuística diversa daquela tratada no HC 8040708-72.2022.8.05.0000, da lavra deste relator. Saliente-se que a decisão a quo está em consonância com o entendimento dos Tribunais Nacionais, que destacam a relevância da gravidade do crime para a manutenção da prisão preventiva. Confira-se: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes provas da existência do crime e indícios suficientes de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. 2. In casu, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado em concurso de agentes, mediante o uso de arma de fogo e contra vítima mulher, fisicamente mais frágil. Tais circunstâncias autorizam a segregação provisória, segundo entendimento consolidado desta Corte no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do modus operandi com que o crime fora praticado. 3. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do agravante. 4. O fato de o agravante possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte. 5. É incabível, na estreita via do habeas corpus, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. 6. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 667217 PE 2021/0151178-5, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 23/11/2021, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/11/2021) No caso em tela, afigura-se correta a interpretação de que a segregação é necessária à garantia da ordem pública atendendo-se, pois, ao comando do art. 312 do CPP, como corretamente afirmou o douto juiz de primeira instância, eis que presentes os requisitos fáticos para a decretação da prisão preventiva. Resta, portanto, evidente, que a custódia cautelar revela-se como a medida mais adequada e necessária para resguardar o processo e a sociedade, sem que se possa apontar qualquer violação ao princípio da não-culpa. O douto julgador decretou a prisão preventiva com fins à garantia da ordem pública, contexto no qual insere-se a própria credibilidade da justiça face a reação do meio à prática criminosa. DO ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL Quanto à arguição de excesso de prazo na tramitação do feito, não merece prosperar. É cediço que a observância dos prazos processuais constitui direito do réu. É a garantia de duração razoável do processo, prevista no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, de especial

relevância nos processos criminais. Todavia, o excesso de prazo da prisão cautelar não é meramente matemática. Eventual demora no início ou na conclusão da instrução processual deve ser examinada à luz da razoabilidade e da proporcionalidade, diante das peculiaridades do caso concreto. Por isso, a demora, quando justificável, seja pela necessidade de realização de diligências, seja por outras circunstâncias, não necessariamente conduz ao reconhecimento de constrangimento ilegal. Nesse sentido: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. SUPRESSÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE EM SEDE DE APELAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. EVENTUAL MORA DECORRENTE DAS PECULIARIDADES DO FEITO. RÉU FORAGIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE. [...]

3. Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais. 4. Na hipótese, eventual mora na tramitação do processo não pode ser atribuída ao Juízo, mas às peculiaridades do caso e à complexidade do feito, considerando a pluralidade de réus (2) com advogados distintos, a expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas, pedidos de liberdade provisória analisados, prestação de informações em habeas corpus bem como, pelo fato de a sentença ter sido declarada nula em virtude de o paciente não ter sido regularmente citado. 5. Ademais, o "Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a condição de foragido do recorrente afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo" (RHC 95.844/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 13/6/2018). Grifei AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. INCABÍVEL. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. [...]

2. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal. 3. Em face da complexidade do feito, não se verifica ilegalidade, pois apontado que o esquema criminoso é amplo e bem-estruturado, com indícios do protagonismo das pacientes, e envolvimento de diversos agentes, mais de uma centena de vítimas e um estruturado esquema de fraudes. 4. Agravo regimental no recurso em habeas corpus improvido. STJ – AgRg no RHC: 118556 MT 2019/0294041-0, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 05/03/2020, T6– SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/03/2020). Grifei Extraí-se dos informes judiciais (Id 37914185), que os autos originários versam acerca de delito praticado por 05 (cinco) indivíduos em coautoria, tendo o feito seguido o seu trâmite normal e estando com audiência de instrução e julgamento para data próxima: dia 08 de fevereiro de 2023. Vejamos: "(...) A paciente foi citada pessoalmente em 18 de maio de 2022 (ID nº 200626699). Foi apresentada resposta à acusação pela defesa da paciente, requerendo preliminarmente o reconhecimento da incompetência deste juízo para julgar o feito por supostamente se tratar de crime de homicídio qualificado. Pugnou alternativamente pela absolvição sumária da paciente, por inexistência de provas e requereu, também, o acolhimento das teses subsidiárias de desclassificação para modalidade tentada (art. 14, inciso

II do Código Penal) e participação de menor importância (art. 29, § 1º do Código Penal). Não sendo esse o entendimento, reservou-se ao direito de proceder suas justificativas defensivas nas considerações finais (ID nº 200316029). Apresentada resposta à acusação pela Defensoria Pública, em prol dos acusados Marcelo da Silva Costa e Adriana da Cruz Souza, rechaçando genericamente os fatos que lhes foram imputados e pugnando pela concessão dos benefícios da gratuidade da justiça (ID nº 209778680). A Defensoria Pública apresentou resposta à acusação em prol dos acusados Cleber Santos da Silva e Ezequias Estevam dos Santos, rechaçando genericamente os fatos que lhes foram imputados e pugnando pela concessão dos benefícios da gratuidade da justiça (ID nº 2118377706). Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento dos pedidos feitos pela defesa da paciente, devendo haver a continuidade da Ação Penal, com designação de audiência de instrução e julgamento (ID nº 204154803). Proferida decisão em 07 de julho de 2022, desacolhendo os pleitos trazidos pela defesa da paciente, ratificando o recebimento da denúncia e determinando a inclusão do feito em pauta para realização da audiência de instrução e julgamento (ID nº 212099814). Na audiência realizada em 20 de setembro de 2022, foram ouvidas 3 (três) testemunhas de acusação. O órgão ministerial pugnou por prazo para apresentação de novo endereço da testemunha faltosa, Lucas Magno Assis Santos, bem como para manifestar-se acerca do rol de testemunha presente na denúncia, que aparenta ter sido objeto de erro material. Pelo magistrado foi deferido o prazo de 05 (cinco) dias para tanto. Restou determinada a inclusão do feito em pauta para realização de nova audiência, objetivando a oitiva das demais testemunhas e interrogatórios dos réus (ID nº 236534020). Acostada petição pelo Ministério Público, pugnando pela substituição da testemunha Lucas Magno Assis Santos por Gilvania Albuquerque de Carvalho Nery. Em relação a testemunha Valdinei Ribeiro, que é estranha aos autos, requereu sua substituição pela DPC Nayara Graciela Sales Brito, responsável pelas investigações. Requereu ainda a inclusão nos autos e exibição em audiência da filmagem do crime, em audiência, que está nos autos em apenso 8016897-80.2022 (ID nº 237831363). Proferida decisão, deferindo o quanto requerido pelo Ministério Público pois, em consonância com entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é possível a substituição de testemunha no curso do processo, na fase da formação da culpa do réu. Determinada ainda a habilitação nos autos do Bel. Pedro Henrique De Sousa Ribeiro, OAB/BA 59.663, para atuar na defesa do acusado Cleber Santos da Silva (ID nº 239844948). Foram prestadas informações referentes ao Habeas Corpus nº 8040708-72.2022.8.05.0000, impetrado em socorro da paciente Sinara Cunha da Silva, conforme expediente encaminhado através de ofício oriundo dessa colenda Câmara Criminal (ID nº 267179930). Na audiência realizada no dia 25 de outubro de 2022, a testemunha de acusação Lucas Magno Assis foi inquirida em juízo. Diante da ausência da testemunha de acusação DPC Nayara Graciela Sales Brito, restou determinada a inclusão do feito em pauta para oitiva desta, bem como para oitiva das testemunhas de defesa e interrogatórios dos acusados (ID nº 276712225). Acostado aos autos o Laudo Pericial 2022 00 LC 015105-01, bem como o Laudo Pericial 2022 00 LC 015102-01, referentes às perícias de substâncias apreendidas (ID nº 277006264). Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de fevereiro de 2023, conforme certidão ao ID nº 287675027. Assim, é premente ressaltar que o feito se encaminha para seu término, quando será aberto o prazo para apresentação das respectivas alegações finais e, em seguida, proferida a sentença atinente ao caso." Conforme bem pontuado

pelo Ilustre membro do Parquet, em parecer juntado ao Id 38207428: “constata-se, das informações prestadas pela autoridade coatora (id. 37914185, fl.05), inexistir demora ou excesso de prazo para conclusão da instrução considerando-se a complexidade do feito, com cinco réus, supostamente integrantes de bando especializado em roubo de veículos, chefiado por presidiários integrantes de facção criminosa, o que naturalmente acarreta maior demora para conclusão da instrução processual, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para data próxima, seja, dia 08 de fevereiro de 2023, de modo que o processo vem sendo impulsionado regularmente, não havendo que se falar em desídia do aparelho estatal, a configurar excesso prazal.” No caso, verifica-se que o processo segue trâmite regular, dentro da razoabilidade, sem inércia da prestação jurisdicional ou negligência da autoridade impetrada. Desse modo, em não se verificando a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da demanda, não há que falar-se em constrangimento ilegal. Ex positis, na esteira do parecer ministerial e de acordo com os termos do voto proferido, acolhe esta 1ª Turma da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, o voto por meio do qual se DENEGA A ORDEM. Sala de Sessões, de de 2022 DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO RELATOR